

AS CÂMARAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL E DE ENSINO MÉDIO, considerando:

- a) a recorrência de situações em que instituições escolares não autorizadas ou não credenciadas pelo Sistema Estadual de Ensino desenvolveram atividades educacionais e emitiram certificados de conclusão de etapas de Educação Básica, estes posteriormente verificados inválidos, causando prejuízos à população;
- b) a existência de instituições escolares não autorizadas e/ou não credenciadas que funcionaram e concluíram suas atividades educacionais, sem nunca ter regularizado sua situação perante o Sistema Estadual de Ensino;
- c) o grande número de ex-alunos prejudicados por estas situações relatadas;
- d) a necessidade de se dar uma solução emergencial para a validação de estudos desses alunos que foram prejudicados pelas práticas do passado.

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar às instituições escolares que funcionaram e encerraram suas atividades sem autorização ou credenciamento do Sistema Estadual de Ensino na Educação Básica, que:

- I. A escola organize toda documentação relativa a vida escolar, currículos, programas, professores, equipe técnico-pedagógica, pastas dos alunos, atas, etc. e a deposite na Secretaria de Estado da Educação;
- II. A escola emita Histórico Escolar detalhado a todos os alunos que já estudaram na instituição e os deposite na Secretaria de Estado da Educação.

Art. 2º. Determinar a todas as Unidades do Sistema Estadual de Ensino que ao acolherem alunos transferidos de instituições que funcionaram sem autorização ou credenciamento do Sistema Estadual de Ensino, procedam à reclassificação dos alunos nos termos do Art. 23, § 1º e Art. 24, inciso II, alínea b da LDB, mediante os seguintes procedimentos:

- I. Reunião de sua equipe pedagógica e designação de uma Banca de Docentes para organizar um conjunto de testes e entrevistas com o/a(s) alunos/a(s);
- II. II. A Banca deve definir um programa dos conteúdos curriculares e habilidades que serão avaliadas e informar aos/as aluno/a(s) e seus responsáveis, marcando datas com antecedência;
- III. III. Os testes e entrevistas devem identificar habilidades e conhecimentos adquiridos pelos/as alunos/as nas áreas do conhecimento integrantes da Base Nacional Comum, orientando-se pelas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- IV. IV. Após a realização dos testes, a Banca Examinadora e a Equipe Pedagógica da escola devem reunir-se oferecendo um parecer

- conclusivo sobre qual a série/etapa da Educação Básica o/a(s) aluno/a(s) têm condições de cursar no ano letivo em curso;
- V. V. Concluídos os procedimentos acima a Unidade Escolar deve fechar Relatório detalhado, inclusive com atas das etapas realizadas e testes, arquivando-os junto à pasta do/a(s) aluno/a(s);
- VI. VI. O processo de reclassificação deve ser registrado no Histórico Escolar do/a(s) aluno/a(s) habilitando-o/a(s) ao prosseguimento nos estudos.

Art. 3º. Determinar que os alunos concluintes da 3ª série do Ensino Médio regular e modalidade Educação de Jovens e Adultos sejam submetidos aos Exames Supletivos para validação e certificação dos estudos realizados;

Art. 4º. Facultar aos concluintes da 8ª série do Ensino Fundamental regular e modalidade Educação de Jovens e Adultos que não tenham prosseguido seus estudos a validação dos estudos anteriores por meio dos Exames Supletivos;

Art. 5º. Determinar à Secretaria de Estado da Educação que agilize a realização dos Exames Supletivos daqueles que demonstrem urgência na comprovação de etapa concluída da Educação Básica para efeito de continuidade de estudos ou exigência de local de trabalho, disponibilizando também, a alternativa da realização dos exames pelo Centro de Estudos Supletivos Paulo Freire, caso esta seja mais eficaz.

Art. 6º. Estas providências objetivam validar estudos dos alunos que fizeram seus estudos nas instituições citadas no Art. 1º devendo ser efetivadas sem prejuízo das providências legais cabíveis aos responsáveis pelas irregularidades.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação e homologação revogadas as disposições em contrário.

Maceió, 29 de outubro de 2002.

CONSª SANDRA LÚCIA DOS SANTOS LIRA

PRESIDENTE DA CEIEF/CEE/AL

CONS WALTER CALHEIROS PEREIRA

PRESIDENTE DA CEM/CEE/AL

DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Estadual de Educação de Alagoas, em Sessão Ordinária, realizada nesta data, aprovou a Resolução das Câmaras de Educação Infantil e Ensino Fundamental e de Ensino Médio.

PLENÁRIO CÔNEGO TEÓFANES BARROS DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS, em Maceió, aos 29 de outubro de 2002.

PROF. DR. ELCIO DE GUSMÃO VERÇOSA

PRESIDENTE/CEE/AL